

# GARANTIDA PROFISSIONALIZAÇÃO DE DOCENTES COM DOIS OU MAIS ANOS DE SERVIÇO E VÍNCULO

O ministro da Educação e Cultura e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores subscreveram ontem um acordo de princípios no sentido de garantir a efectivação a todos os professores dos ensinos preparatório e secundário com habilitação própria, dois ou mais anos de serviço e vínculo ao MEC.

A informação foi confirmada por João de Deus Pinheiro num intervalo da reunião e no final pela secretária-geral da FNSP, Manuela Teixeira.

Em síntese, esta decisão garante a todos os professores que estão no sistema e que se encontrem nas condições referidas uma possibilidade de efectivação, evitando-se assim que se venham a ser ultrapassados por novos docentes saídos das universidades com formação pedagógica.

Naturalmente que esta indicação nada tem a ver com o concurso para professores efectivos, provisórios e profissionalizados não efectivos para o ano escolar de 1987/88, que neste momento está já a decorrer. Esta será uma oportunidade para os professores provisórios com habilitação própria concorrerem a um lugar de efectivos. Se obtiverem lugar, ad-

quirem vínculo, se não obtiverem lugar, ficam num quadro complementar de efectivos que se calcula irá abranger 15 mil professores. Os dados disponíveis indicam que nestas condições se encontram entre 12 mil a 17 mil professores, muito embora, à partida, o número não signifique limitação.

A possibilidade de efectivação, pelo que apurámos no final da audiência, é para todos os docentes que satisficam as três condições, estando ainda por definir em concreto se são as três condições cumulativas ou se o vínculo pode ser em alternativa, aos anos de serviço.

Com esta efectivação provisória, os professores assumem também o compromisso de adquirir a necessária formação profissional e o MEC obriga-se a garantir os meios necessários à formação em serviço para estes docentes.

Naturalmente que esta efectivação implicará novos custos financeiros, mas há indicações de que o Governo deu já o seu aval a este processo, que no fundo virá evitar que os novos candidatos a professores ultrapassem os professores já vinculados.

Este problema, como o JN

tem vindo a noticiar, foi ultimamente bastante debatido pelos professores, que sentiram como uma ameaça o lançamento no seu mercado de trabalho de alunos saídos das universidades já com formação psicopedagógica, enquanto muitos docentes não conseguiram vagas para completar a sua formação profissional. Mais ainda, os novos professores já com habilitação completa iriam necessariamente ocupar as vagas disponíveis o que, em grupos já superlotados, representava para muitos docentes a impossibilidade prática de se efectivarem.

Mas nesta reunião da FNSP com o ministro da Educação e com o secretário de Estado do Ensino Superior também foi abordado o novo modelo de formação dos professores. A FNSP, segundo revelou ao JN Manuela Teixeira, fez um levantamento das principais queixas e reivindicações dos professores formandos e desde já aceitou um acordo de princípios que garante o acesso ao concurso, no próximo ano, dos professores em formação.

A FNSP defende que a prova final deve ser retirada uma vez que vai avaliar o que já foi avaliado. Mais ainda, comporta uma carga negativa prejudicial à formação, implica critérios divergentes e as escolas superiores de educação não têm capacidade para as realizar em tempo oportuno.

Entende a FNSP e também

algumas ESE e CIFOP que há outros modelos de avaliação sem recurso à memória que seriam mais úteis e eficientes e sobretudo menos dramáticos para os professores em formação.

O ministro da Educação ouviu as razões invocadas e prometeu fazê-las chegar ao Conselho Consultivo, esperando-se agora uma solução em respeito pelos princípios de autonomia que caracterizam o funcionamento das escolas superiores de educação.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Política - Professores

